

Reformas sindical e trabalhista virão de consenso, diz Wagner



Ao lado do ministro Jaques Wagner, o presidente Lula assina documento que criou o programa Primeiro Emprego

PARA O MINISTRO, “A MELHOR PROPOSTA É A QUE SAIR DO ENTENDIMENTO NO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO”

O ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, afirmou que não há no governo nenhuma intenção de enviar ao Congresso um “prato feito” nas reformas sindical e trabalhista, ao fazer, para o **PT Notícias**, um balanço das propostas em discussão no Fórum Nacional do Trabalho. Criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o fórum funciona como uma mesa de discussão, com grupos temáticos e bancadas compostas de representantes de trabalhadores, de empregadores e do Poder Público.

“A melhor proposta será aquela que sair do entendimento entre as bancadas que fazem parte do Fórum Nacional do Trabalho”, disse o ministro, que descartou ainda a hipótese de perda de direitos para os trabalhadores. Wagner afirmou que recebeu de Lula a tarefa de elaborar os projetos das reformas no fórum, mas ressaltou que caberá ao presidente a decisão de quando enviá-los ao Congresso — que, por sua vez, é autônomo para definir o calendário das votações.

Segundo ele, não há decisão do governo para adiar as reformas para 2005. “Não há nenhuma intenção de postergar a reforma trabalhista”, insistiu o ministro, que considerou compreensível as preocupações do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), que sugeriu o adiamento das discussões devido às eleições municipais de 2004.

Após um debate na TV Câmara, no último dia 14, Wagner declarou que gostaria de ver as reformas aprovadas no ano que vem. Ele também anunciou que o governo espera enviar em breve à Câmara a proposta de reestruturação sindical — que é um dos pilares das reformas e, de acordo com o ministro, vai fortalecer os sindicatos.

Consenso

No âmbito do Fórum Nacional do Trabalho não é fácil estabelecer uma data fixa para as decisões. Cada conclusão, para ser anunciada, precisa passar pelo aval das três bancadas. No entanto, alguns resultados já foram alcançados nas mesas de negociações, como a decisão de reconhecer juridicamente as centrais sindicais.

Embora existam desde a década de 1980, as centrais não têm poder legal de realizar negociações coletivas, informou o ministério. Esse reconhecimento tem sérias implicações para a organização sindical e sugere um novo padrão de relações de trabalho no país, baseado no fortalecimento da negociação coletiva e da solução voluntária de conflitos trabalhistas.

Outra decisão importante é a de que trabalhadores e empregadores poderão se organizar de maneira diferenciada, sem a obrigação de obedecer ao atual sistema confederativo — que prevê a organização por categoria em sindicatos, federações e confederações. Mas, diferentemente do que ocorre hoje, o reconhecimento legal das entidades patronais e de trabalhadores deverá se basear em critérios de representatividade ainda em fase de discussão.

Além da proposta de fortalecimento da representação sindical de trabalhadores e empregadores, o fórum quer ampliar o espaço da negociação coletiva. Já é consenso que a negociação coletiva pode ocorrer em âmbito nacional, regional, interestadual, estadual, municipal ou até mesmo por empresa ou grupo de empresas, desde que resguardadas as singularidades do setor de atividade econômica e do tipo de empresa.

A negociação pode se estender e a validade dos acordos será definida no próprio contrato coletivo, o que, na prática, amplia o conceito de data-base, restrito a uma única data que limita no tempo o processo da negociação coletiva. Isso significa que trabalhadores e empregadores podem definir, de comum acordo, diferentes períodos de negociação para diferentes cláusulas de um mesmo acordo, sem prejuízo de uma data de referência para a renovação do contrato coletivo.

Regras especiais

Representantes dos trabalhadores e patrões concordam também com a idéia de que sejam estabelecidas regras especiais de negociação coletiva para trabalhadores dos serviços e atividades essenciais e dos serviços públicos. Isso representa um avanço, pois até hoje as normas sobre serviços e atividades consideradas essenciais só previam restrições, sem fixar contrapartidas para os trabalhadores na negociação coletiva.

Além disso, a nova legislação sindical deve assegurar meios que sejam capazes de solucionar conflitos entre os trabalhadores e empregadores com rapidez, segurança jurídica e direito de acesso ao Poder Judiciário. A idéia é fomentar mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem, sobretudo para resolver conflitos surgidos na esfera da negociação coletiva, de natureza econômica. No caso dos conflitos individuais, também pode haver composição voluntária, com assistência dos sindicatos e sem prejuízo do recurso à justiça.

Leia mais na pág. 3



Trabalhadores que foram libertados por fiscais, em imagem feita para comprovar as más condições de trabalho

Ofensiva ataca trabalho escravo

Um saldo recorde foi obtido na campanha do Ministério do Trabalho e Emprego na erradicação do trabalho escravo no país. De janeiro a setembro deste ano foram fiscalizados 200 estabelecimentos e libertados 4.391 trabalhadores. Um total de R\$ 5,9 milhões foi pago em indenizações trabalhistas. O volume de libertações é superior ao dobro das ações do governo passado em todo o ano de 2002.

As ações se intensificaram a partir de março, com a implantação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, indicam que existem hoje entre 25 mil e 40 mil trabalhadores escravos no país. A meta do governo é fazer a erradicação em quatro anos, mas reconhece que é necessário o esforço

de vários órgãos para criar alternativas de trabalho e renda para essas pessoas.

Entre os acusados de manter trabalhadores escravos em sua propriedade está o deputado federal Inocêncio Oliveira (PFL-PE). No início de novembro, ele foi condenado em primeira instância, pela Justiça do Trabalho, a pagar R\$ 10 mil por cada um dos 53 trabalhadores que mantinha ilegalmente, totalizando R\$ 530 mil a serem revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O juiz também determinou que Oliveira, que recorreu da sentença, cumpra uma série de obrigações trabalhistas e estabeleceu diversas ações das quais ele terá de se abster, sob pena de reincidência.

Vontade política

Considerado um dos prin-

cipais responsáveis pelo combate ao trabalho escravo no sul do Pará, o frei Henri Des Roziers, da Comissão Pastoral da Terra, foi homenageado em outubro pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Em entrevista à *Agência Brasil*, frei Henri afirmou que, neste ano, a fiscalização “melhorou muito”, já que as denúncias de trabalho escravo em sua região se arrastavam desde 1995. Só em 2003, foram libertados pelas operações de resgate cerca de mil trabalhadores rurais apenas no sul do Pará.

“Este ano sentimos uma vontade política bem definida em combater o trabalho escravo nas fazendas. O governo despachou para a região o Grupo Móvel da Secretaria de Inspeção do Trabalho e, pela

primeira vez, foram encaminhados diversos processos criminais, resultando na prisão preventiva de vários proprietários dessas fazendas. Isso dá um impacto muito grande na região”, afirmou.

Seguro-desemprego

Outra inovação do atual governo federal foi uma portaria do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que facilitou a concessão do seguro-desemprego a esses trabalhadores. Antes, era difícil o acesso ao benefício por falta de normatização. Agora, o trabalhador libertado tem direito a receber três parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo (R\$ 240) cada. Para fazer valer este direito, a pessoa só terá de comprovar ter sido resgatado em ações de fiscalização dos auditores fiscais do Trabalho.

PARTIDO

Administrações petistas são finalistas em prêmio da GV

Dos 20 finalistas do Prêmio Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas deste ano, 7 são projetos de prefeituras administradas pelo PT — o equivalente a 35% do total. Os cinco grandes destaques escolhidos pelo júri do programa da FGV serão conhecidos em dezembro.

O Programa Gestão Pública e Cidadania seleciona e premia projetos e práticas de instituições governamentais que tenham impacto na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, que ampliem o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e que utilizem recursos na perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável.

Os projetos são separados por áreas de atuação. No quesito “Cidadania e Direitos Humanos”, os três finalistas escolhidos pela FGV são de gestores petistas. Entre eles está o “Programa Bem-vinda”, de Belo Horizonte (MG), um centro de apoio às mulheres em situação de violência, que oferece atendimento jurídico, so-

PROJETOS DE 7 PREFEITURAS ESTÃO ENTRE OS 20 FINALISTAS ESCOLHIDOS PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

cial e psicológico.

Ainda neste item foi premiado o “Programa Justiça Cidadã”, de Recife (PE), que visa a descentralizar os serviços gratuitos oferecidos à população carente por meio dos núcleos de assistência judiciária.

O terceiro escolhido neste quesito, desenvolvido pela Prefeitura de Londrina (PR), é um projeto de prevenção e de capacitação de agentes para a questão da bebida alcoólica na reserva indígena de Apucarantina.

No item “Serviços Públicos”, foram escolhidos quatro projetos petistas. Entre eles está o “Programa de Saúde Ambiental” (Recife, PE), que tem por objetivo proteger a saúde da população a partir da identificação, eliminação e redução de fatores de risco associados à ocorrência de doenças.

Também foi selecionado o programa “Telecentro - Plano de Inclusão Digital e Cidadania” (São Paulo, SP), que construiu centros de informática na periferia da cidade.

Ainda neste item é finalista o “Programa Integrado Entrada da Cidade” (Porto Alegre, RS). O projeto consiste na construção de casas populares totalmente projetadas para oferecer as condições de acessibilidade a portadores de deficiências físicas.

Por fim, foi selecionado o “Programa Paidéia de Saúde da Família”, de Campinas (SP), que formou equipes multidisciplinares para trabalhar na promoção à saúde, na prevenção e no atendimento a doentes e valorizar a educação em saúde de todas as pessoas da família, com ênfase para gestantes, crianças e idosos.

Os 20 finalistas já têm ga-

rantido um prêmio de R\$ 6.000, que devem ser investidos no próprio programa. Os cinco grandes destaques, a serem anunciados no próximo mês, receberão R\$ 20 mil cada.

100 finalistas

Na etapa anterior do concurso, quando foram selecionados 100 finalistas entre mais de 1.200 inscritos, 32 projetos eram de prefeituras petistas. As campeãs em indicações são as prefeituras de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Recife (PE), cada uma com três projetos selecionados entre os 100 finalistas. Em seguida estão Belém (PA), Icapuí (CE), Santo André (SP), São Paulo (SP) e Ribeirão Preto (SP), com dois projetos selecionados cada. Também tiveram projetos escolhidos entre os 100 melhores as prefeituras petistas de Caxias do Sul (RS), Cruzília (MG), Londrina (PR), Maringá (PR), Mauá (SP), Niterói (RJ), Sacramento (MG) e Santa Maria (RS).



PT celebra o dia 20 de novembro

O PT apoiou e participou de diversos atos em comemoração ao Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, quando atos em todo o país procuraram chamar a atenção para a igualdade racial e para celebrar a memória do líder Zumbi dos Palmares, assassinado em 1695 na Serra da Barriga (AL), onde o Quilombo de Palmares resistiu por mais de 50 anos.

Segundo o secretário nacional de Combate ao Racismo do PT, Martvs das Chagas, ao menos 16 das 18 capitais onde o PT tem uma Se-

cretaria de Combate ao Racismo realizaram atividades com shows, debates, panfletagens e ações de conscientização.

O secretário ressalta que, entre os temas debatidos estava a necessidade de os municípios transformarem o dia 20 de novembro em feriado. “Queremos que todos os municípios incorporem esta luta. Não se trata de ter mais um ou menos um feriado. Trata-se de uma luta histórica para que o movimento tenha seu herói nacional reconhecido”, concluiu.

Política nacional

Como parte das comemorações do dia 20 de novembro, Martvs acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra Matilde Ribeiro (Secretaria Especial da Igualdade Racial) à serra da Barriga, em União dos Palmares, local do antigo quilombo onde Zumbi resistiu às investidas dos senhores de engenho e de soldados do império português em busca dos escravos fugitivos.

Lula aproveitou a ocasião para anunciar a Política Nacional de Promoção da Igual-

dade Racial, pacote de medidas que irá beneficiar a população descendente dos escravos. Entre as medidas destacam-se as novas políticas de regularização fundiária das terras dos quilombos e de desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas remanescentes.

As manifestações desta data lembraram o avanço de ações em prol da comunidade negra no Brasil, como as cotas nas universidades e no mercado de trabalho e a ampliação do intercâmbio cultural com os países africanos.

OPINIÃO

O PT e as eleições municipais de 2004

José Genoio

O PT já começou a definir sua estratégia para as eleições municipais de 2004. Será uma experiência inédita para o Partido: pela primeira vez disputará uma eleição municipal na condição de ser governo federal. Assim, o PT precisará levar em conta algumas variáveis que nunca estiveram presentes, para o Partido, nas experiências de eleições municipais piores. A principal variável nova que deverá ser levada em conta consistirá em que o conjunto do Partido e os candidatos a prefeitos e vereadores terão que defender o governo Lula. Qualquer vacilação nesse aspecto poderá colocar o Partido e os candidatos numa posição defensiva.

Mas seria um erro supor que o eixo central das campanhas municipais será o debate em torno do governo federal. O eixo central será a questão local, a busca de saídas para os problemas enfrentados pelos municípios. Os eleitores estarão interessados em eleger bons prefeitos, não em julgar o governo Lula. Por isso, a prioridade dos candidatos do PT deverá consistir em apresentar soluções inovadoras e exequíveis para os problemas de cada município.

Questões como desenvolvimento local, saneamento, transporte público, educação, saúde, políticas sociais, meio ambiente, segurança, urbanismo, entre outras, estarão no centro das preocupações do eleitorado. É para essas questões que os candidatos do PT devem procurar apresentar respostas consistentes. Mas na medida em que o governo Lula tenderá a ser atacado pelos adversários, os candidatos do PT devem estar preparados para defendê-lo.

Sem deixar de priorizar as especificidades locais, os programas dos candidatos do PT deverão incorporar aspectos gerais, comuns a todas as candidaturas. Ou seja, as campanhas do PT deverão ter uma face nacionalmente unificadora. Esta dimensão unitária será importante para não fragmentar e descaracterizar o PT como um partido nacional.

Vencer as eleições municipais deve constituir-se no objetivo central do PT no próximo ano. Esse objetivo central comporta uma série de objetivos secundários como suporte. Esses objetivos-suporte podem ser definidos como: vencer as eleições nas prefeituras em que o PT governa, ampliar a presença do PT nas capitais e nos grandes centros urbanos, irradiar a presença do PT nos pequenos e médios municípios, multiplicar o número de vereadores petistas, fortalecer os partidos da base aliada do governo Lula e aumentar o

apoio político e social ao governo federal. A estratégia do PT consistirá em expandir a presença política e institucional do Partido por todo o País, enraizando-o ainda mais na sociedade e nos movimentos sociais. Esta estratégia está orientada pelo princípio de que a consolidação e o aprofundamento da democracia requerem partidos fortes e representativos do eleitorado.

Nas eleições do ano que vem, o PT dará continuidade à política de alianças amplas que vem desenvolvendo nos últimos anos. Essas alianças, no entanto, deverão ser definidas a partir de critérios. Dois critérios gerais devem balizar as alianças do PT: a) partidos que fazem parte da base de sustentação do governo Lula; b) o PT deverá levar em conta a conduta ética e democrática dos candidatos a prefeitos ou vices de outros partidos com os quais vier a se aliar. Alianças com partidos que se situam fora da base de apoio do governo Lula deverão ser referendadas pelas instâncias partidárias superiores — Diretórios Estaduais e o Diretório Nacional.

A política de alianças do PT com os partidos da base aliada, evidentemente, não será linear. Isto significa que devem ser respeitadas especificidades locais e regionais. Em muitos casos, os partidos da base aliada serão concorrentes entre si ou farão parte de alianças concorrentes. Onde não for possível o entendimento com esses partidos no primeiro turno, o PT deve esforçar-se para formalizar acordos visando o segundo turno. O PT deve reivindicar a cabeça de chapa onde tiver força, legitimidade e candidatos competitivos, mas deve saber ceder onde essas condições são mais favoráveis a candidatos de partidos aliados.

Por fim, entendemos que as eleições municipais de 2004 devem constituir-se num momento inovador do debate e da busca de soluções para os problemas das cidades. As cidades, os municípios, são o lugar onde as pessoas trabalham, se divertem, sofrem e vivem. Os grandes problemas e desafios do Brasil não terão solução sem enfrentar os pequenos e grandes problemas das cidades. Os municípios devem jogar um papel decisivo na solução dos desafios do desenvolvimento sustentável, dos dramas e da inclusão social, do meio ambiente e do aperfeiçoamento da democracia. A busca de um modelo político mais participativo, capaz de ampliar os direitos sociais e civis dos cidadãos, tem nos municípios seu lugar privilegiado de construção.

Presidente nacional do PT



CUPOM DE ASSINATURA

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.
- 2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
- 3) **Cobrança bancária.**
- 4) **Cartão de crédito:**
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ___/___/___

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo – SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogná

ILUSTRAÇÃO:

Vicente Mendonça

FOTOS

Agência Brasil e Presidência da República

SEDE

Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

NACIONAL

Indústria cria vagas pelo 2º mês

Vicentinho vê CLT, 60, defasada

O deputado federal Vicentinho (PT-SP), presidente de comissão especial da Câmara que analisará as reformas trabalhista e sindical, defendeu a aprovação das propostas ao comentar os 60 anos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), completados no dia 10 de novembro.

Para Vicentinho, “a CLT foi importante, porque os trabalhadores não possuíam nada. Houve, sem dúvida, conquistas importantes. Porém, com o tempo, a CLT tornou-se defasada pela evolução das relações capital-trabalho”.

O deputado, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), acha necessário discutir inicialmente a reforma sindical, que será base para as regras de uma nova CLT. “Na verdade, o que estamos discutindo primeiramente é o método e depois as regras. Por isso, penso que é mais importante, hoje, discutir a reforma sindical. Primeiro temos de estruturar o time para depois discutir as regras”, ressaltou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), por sua vez, considera fundamental a garantia da livre organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. “Se o trabalhador não estiver organizado lá na sua área de atuação, na fábrica, campo, banco, comércio, nós teremos muitas dificuldades em relação ao cumprimento da legislação.”

Propostas

O secretário-adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Marco Antonio de Oliveira, disse que as reformas devem modificar os capítulos da CLT relativos à organização sindical, à negociação coletiva e à soluções de conflitos. Para ele, é fundamental fortalecer a representação sindical, ampliar o espaço de negociação coletiva e fomentar novas práticas de composição voluntária de conflitos. Isso inclui, a seu ver, o consenso de acordos extrajudiciais como forma de preservar a Justiça do Trabalho.

“A CLT é muito extensa no que se refere a direitos individuais e muito enxuta no que se refere a direitos coletivos. A idéia é fazer o sentido inverso: lançar as bases fundamentais de uma reforma que reorganize o direito coletivo e depois se estenda aos direitos individuais”, disse Oliveira à Agência Brasil.

A CLT deverá ser reformada principalmente nos Títulos V e VI, que tratam do direito de greve. Há acordo também sobre direito de greve e consenso quanto à criação de uma regulamentação específica. Também será elaborada uma emenda ao artigo 8º da Constituição, que trata da livre organização sindical.



Trabalhador em fábrica do interior do Estado de São Paulo, unidade que aumentou a linha de produção neste ano

Programa oferece vagas a jovens

O Programa Primeiro Emprego para a Juventude, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 22 de outubro, vai contar com R\$ 139 milhões do Orçamento da União para estimular empregadores a contratar jovens entre 16 e 24 anos com baixa escolaridade e em situação de pobreza. A meta é empregar 60 mil jovens ainda neste ano e atingir 250 mil em dezembro de 2004.

O Ministério do Trabalho já enviou cartas assinadas pelo ministro Jaques Wagner a 765 mil empresários cadastrados através da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para que ofereçam vagas aos jovens e participem do programa. Até o início de novembro, 372 empresas já haviam assinado protocolo de intenção que as habilitou a participar do programa. “Sem a adesão do setor empresarial, não haverá vitória contra o desemprego”, ressaltou o ministro.

Os jovens entre 16 e 24 anos são os mais atingidos pelo desemprego. Eles correspondem a 44% do total de pessoas desempregadas no país. Nessa faixa, o desemprego é praticamente o dobro da taxa geral.

O programa, que inicialmente começaria em 10 capitais brasileiras onde o índice de desemprego é maior entre os jovens, já foi estendido a

outras 8 capitais. Nestas cidades, 250 postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine) estão preparados para iniciar a operacionalização do programa de forma integrada ao Sistema de Gestão das Ações Sociais (Sigae). Esse sistema estabelecerá rígido controle da contratação dos jovens em relação ao mercado de trabalho em geral, para evitar a substituição de mão-de-obra. Os demais 450 postos do Sigae estarão prontos para entrar em ação até o final do ano, quando o plano será estendido a todo o país.

O governo federal dará uma contrapartida financeira aos empregadores que aderirem ao programa. Empresas com faturamento até R\$ 1,2 milhão terão direito a um in-

centivo de seis parcelas de R\$ 200 por jovem contratado. O valor será repassado a cada dois meses. As empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão terão direito a um incentivo de seis parcelas de R\$ 100 a cada dois meses. Além dos recursos, as empresas que aderirem ao programa também receberão um selo denominado “Empresa parceira do Programa Primeiro Emprego”.

Atualmente, existem 380 mil jovens inscritos nos postos do Sine. Para respeitar essas inscrições, não serão feitas novas habilitações, temporariamente, até que haja o aumento da oferta de vagas pelos empregadores.

Entre os resultados práticos comemorados pelo governo federal está a assinatura de um termo de compromisso entre o Ministério do Trabalho e a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) que prevê, em um prazo de três anos, a criação de 10 mil empregos para jovens cadastrados no programa.

O presidente da Abip, Marcos Salomão, adiantou que a meta de 10 mil empregos pode ser ampliada. “Estabelecemos esse número com base numa consulta informal aos nossos associados. Acho que poderemos aumentar essa meta com o crescimento da economia”, disse.



Neusa Cristina, uma das beneficiadas, em solenidade

Wagner dirige organismo da OEA

Pela primeira vez um brasileiro assumiu a presidência da 13ª Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, da OEA (Organização dos Estados Americanos), para um mandato de dois anos. O ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, foi eleito em setembro com apoio de todos os 34 ministros do continente americano.

Sua primeira meta será viabilizar a criação de um Fundo Interamericano de Fomento ao Emprego, além de destacar o papel protagonista dos ministérios do Trabalho nas políticas econômica e comercial, medida essencial para a vitória na batalha contra o desemprego, não só no Brasil

mas em todo o continente. “Unidos não seremos vencidos na luta contra o desemprego. Vamos trocar experiências e somar forças”, disse Wagner aos participantes.

No documento final do encontro, após a reunião realizada em setembro, foi divulgada a “Declaração de Salvador”, aprovada por unanimidade, na qual os 34 ministros do continente americano reafirmaram o compromisso com as políticas para a criação de empregos como carro-chefe das agendas econômica e comercial continentais.

“Saímos da reunião convencidos de que crescimento econômico e progresso social são interdependentes como

forma de enfrentar os desafios da geração de empregos. Por isso, apoiamos a conexão das políticas trabalhistas com as de promoção comercial e econômica”, afirmou Wagner.

Repercussões

Várias medidas repercutirão a partir das decisões da conferência, segundo o ministro. A primeira delas estava prevista para os dias 20 e 21 deste mês, quando Wagner, o ministro do Trabalho do México, Carlos Abascal, e a ministra do Trabalho do Canadá, Claudette Bradshaw, reuniram-se com os ministros do Comércio em Miami.

O encontro é preparatório para a Cúpula das Améri-

cas. Eles vão apresentar os resultados da conferência e propor um trabalho articulado entre os ministros do Trabalho, Comércio e Economia na formulação das políticas públicas nacionais e continentais.

Outro ponto de convergência foi a declaração conjunta assinada pelos representantes dos empregadores e dos trabalhadores que participaram dos trabalhos fazendo apelos aos governos para que assumam, com o apoio da OIT, o emprego como uma preocupação central e um elemento-chave para o desenvolvimento de planos que conduzam à erradicação da pobreza através da geração de mais emprego, trabalho e renda.

Os dados do Ministério do Trabalho apontam expansão do emprego em todas as regiões metropolitanas que, em conjunto, responderam pela geração de 52.246 ocupações. A Grande São Paulo foi a que obteve o melhor desempenho absoluto (12.689 novas vagas). Em seguida estão Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com 10.562 e 9.876 novos postos, respectivamente.

Os serviços responderam pelo segundo melhor desempenho, com a criação de 55.541 ocupações em setembro, ante a geração de 50.983 empregos no mesmo mês de 2002. Foi o setor que mais expandiu a oferta de emprego neste ano até setembro, com 265.938 novas vagas.

O comércio registrou o acréscimo de 34.584 postos em setembro, o que correspondeu ao melhor resultado mensal, para o setor, desde novembro do ano passado, quando se verificou a geração de 58.270 postos. Entre janeiro e setembro, o comércio acumulou 128.767 novas ocupações, resultado, porém, inferior ao observado no mesmo período de 2002.

Os dados do Ministério do Trabalho apontam expansão do emprego em todas as regiões metropolitanas que, em conjunto, responderam pela geração de 52.246 ocupações. A Grande São Paulo foi a que obteve o melhor desempenho absoluto (12.689 novas vagas). Em seguida estão Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com 10.562 e 9.876 novos postos, respectivamente.

JÁ UM ESTUDO DE MINISTÉRIO DO TRABALHO APURA MAIS VAGAS COM CARTEIRA NO ANO

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica que, pelo segundo mês consecutivo, o número de contratações no setor industrial superou o de demissões, na comparação mensal. De acordo com a pesquisa, junto com a recuperação observada no setor industrial, os postos de trabalho no mês de setembro apresentaram uma expansão de 0,8%, após um crescimento de 0,1% em agosto.

Outro levantamento, feito pelo Ministério do Trabalho, apontou que em setembro houve um aumento de 161.765 postos de trabalho formais (com carteira assinada) em relação a agosto. De janeiro a setembro deste ano, foram criadas 839.677 vagas de empregos formais. O total representa aumento de 3,76%.

Nos últimos 12 meses, o balanço apontou a criação de 614.780 vagas — o que indica que houve demissões da ordem de 220 mil entre outubro e dezembro de 2002, ainda na gestão FHC. Entre janeiro e setembro de 2002, o total de novos postos chegou a 987.311.

Dinamismo

De acordo com o ministério, a maior oferta de vagas em setembro deste ano foi determinada, principalmente, pelo dinamismo da indústria de transformação, dos serviços e do comércio.

Neste período, a indústria de transformação apresentou a geração de 73.175 postos, acumulando, desde janeiro, um saldo de 210.536 novos empregos. A indústria de alimentos e bebidas também foi responsável pelo cenário positivo. O setor abriu 43.287 vagas em setembro e somou, no ano, 114.132 novos postos.

Os serviços responderam pelo segundo melhor desempenho, com a criação de 55.541 ocupações em setembro, ante a geração de 50.983 empregos no mesmo mês de 2002. Foi o setor que mais expandiu a oferta de emprego neste ano até setembro, com 265.938 novas vagas.

O comércio registrou o acréscimo de 34.584 postos em setembro, o que correspondeu ao melhor resultado mensal, para o setor, desde novembro do ano passado, quando se verificou a geração de 58.270 postos. Entre janeiro e setembro, o comércio acumulou 128.767 novas ocupações, resultado, porém, inferior ao observado no mesmo período de 2002.

Regiões

Os dados do Ministério do Trabalho apontam expansão do emprego em todas as regiões metropolitanas que, em conjunto, responderam pela geração de 52.246 ocupações. A Grande São Paulo foi a que obteve o melhor desempenho absoluto (12.689 novas vagas). Em seguida estão Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com 10.562 e 9.876 novos postos, respectivamente.

INTERNACIONAL

Lula aproxima Brasil e África

PRESIDENTE FAZ VIAGEM POR CINCO PAÍSES DO CONTINENTE E ANUNCIA ACORDOS EM DIFERENTES ÁREAS

Foram sete dias, cinco países, e resultados práticos animadores tanto para o Brasil como para o continente africano. Em sua viagem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou seu compromisso histórico e sua disposição de colocar a África como um dos dois eixos centrais da política externa brasileira.

Acompanhado de mais de 10 ministros e 128 empresários, Lula visitou, entre os dias 2 e 8 de novembro, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Assinou mais de 40 atos de cooperação em diversas áreas com o objetivo de contribuir com os esforços do próprio continente para superar suas principais dificuldades; impulsionou a abertura de negócios e reafirmou os princípios da política externa brasileira: equilíbrio diplomático, valorização das relações bilaterais e universalização do papel internacional do Brasil.

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a visita foi "uma redescoberta da África no nível político e um reencontro do Brasil com suas origens".

A ida do presidente Lula e da delegação de empresários à África se insere no contexto de uma política internacional de solidariedade, de reconhecimento da contribuição africana para a formação da sociedade brasileira e de reafirmação dos laços de cooperação, além da busca por novas oportunidades. O volume de negócios entre o Brasil e os cinco países pode chegar nos próximos meses a US\$ 1 bilhão, em diversos setores — de infra-estrutura a telecomunicações. A viagem também foi central na política de fortalecimento do diálogo político entre os países do Sul.

Equilíbrio

No aspecto político, a viagem ao continente africano traz entre os resultados o apoio dado pelos presidentes de São Tomé, Angola, Moçambique e Namíbia para a participação do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas).

Positivo também foi o avanço nas articulações do G-3, grupo formado por Brasil, Índia e África do Sul, com o objetivo de fortalecer a posição dos países do hemisfério sul nas negociações de comércio exterior, em particular no diálogo com os países desenvolvidos. "Queremos que a África se fortaleça e que seja nossa parceira. A política externa brasileira tem, como um de seus objetivos, que países em desenvolvimento cresçam para que haja maior equilíbrio nas relações mundiais", afirma Delúbio Soares, integrante da Executiva do PT e secretário nacional de Finanças do partido. Soares integrou a delegação do governo brasileiro à África como convidado do presidente Lula.

Cooperação

O continente africano apresenta alguns dos mais graves indicadores de pobreza e subdesenvolvimento. Na área de saúde, ocupa o 1º lugar em

casos de Aids notificados em todo o mundo e registra números significativos de óbitos em decorrência da malária. Durante a viagem foram assinados acordos e protocolos de intenção na área de saúde, e algumas das bem-sucedidas experiências brasileiras serão levadas para o continente.

Entre os projetos, destacam-se os de fornecimento de medicamentos anti-retrovirais, além de capacitação de técnicos para trabalhar com prevenção e tratamento da Aids e apoio para instalação de uma fábrica de remédios genéricos anti-retrovirais, em Moçambique. Angola, São Tomé e Namíbia serão beneficiadas com o mesmo programa para o tratamento de pessoas infectadas, e Angola e Namíbia pediram apoio para instalar, em seus respectivos países, fábrica de remédios genéricos anti-retrovirais.

Os acordos bilaterais assinados durante a viagem envolvem, ainda, as áreas de educação, agricultura, reforma agrária, exploração de petróleo, desenvolvimento urbano, esportes, meio ambiente, geologia e mineração.

Em São Tomé e Príncipe, além de definir ajuda para implantar o Bolsa-Família no país, Lula assinou um acordo para cooperar na exploração de petróleo. Em Angola, brasileiros vão participar de amplo programa de qualificação de professores, e o governo prometeu estimular a ida de empresas brasileiras ao país.

Na Namíbia, o Brasil trocará experiências nas áreas de assentamento e titulação de terras e construção de moradias populares. Em Moçambique, Lula demonstrou satisfação com as negociações que podem garantir a participação da Companhia Vale do Rio Doce na exploração de carvão. Na África do Sul, foram assinados dois acordos, na área de cooperação científica e tecnológica e para evitar a bitributação. "Deixo a África com a alma mais limpa e a sensação do dever cumprido", disse Lula ao final da viagem.

PT na África

Durante a viagem, Delúbio Soares participou de reuniões com representantes dos partidos socialistas que governam os cinco países visitados. Segundo ele, foram discutidos protocolos de cooperação e troca de experiências. "De nossa parte, dissemos que o mais importante é garantir o processo de paz e as veias democráticas, como fizemos aqui no Brasil", resumiu.

Para outro integrante da delegação, o secretário nacional de Combate ao Racismo do PT, Martvs das Chagas, a viagem representou um marco histórico. "Foi um marco não apenas na relação Brasil-África, mas também PT-sociedade civil. Esta viagem aumenta a responsabilidade do PT nas discussões dessa dívida histórica com os africanos e com os afrodescendentes."

De acordo com Martvs, foi dada mais uma sinalização de que o PT pode influenciar positivamente para a solução dos problemas advindos da desigualdade racial.



Os presidentes Lula e Thabo Mbeki se cumprimentam no Palácio Union Buildings, em Pretória, na África do Sul



Lula em solenidades com os colegas Fradique Menezes (São Tomé e Príncipe) e José Eduardo dos Santos (Angola)



O ministro da Cultura, Gilberto Gil, dança em solenidade em Moçambique, e dançarinos recebem Lula na Namíbia

